



Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, no Diário Oficial da União.

Art. 3º - Revoga-se a IAC 3138-135-0200 e respectiva Portaria nº 207/DGAC, de 1º de março de 2000, publicada no D.O.U. nº 52, de 16 de março de 2000.

Brig.-do-Ar RENILSON RIBEIRO PEREIRA

COMANDO DA MARINHA
COMANDO DE OPERAÇÕES NAVAIS
COMANDO DO 8º DISTRITO NAVAL
CENTRO TECNOLÓGICO DA MARINHA EM
SÃO PAULO

DESPACHO DO DIRETOR
Em 6 de setembro de 2002

EMPRESA: USP - Instituto de Eletrotécnica e Energia. OBJETO: ensaios em lâmpadas incandescentes conforme NBR7740. JUSTIFICATIVA: entidade integrante da Administração Pública, criada com finalidade compatível com o objeto, anteriormente à vigência da Lei nº 8.666/93. FUNDAMENTO: art. 24, VIII, Lei nº 8.666/93. ORDENADOR DE DESPESAS: CC(IM) JOSÉ ANGELO NASARIO DE ARAUJO. PROCESSO: DL/014/2002. VALOR: R\$ 22.011,09. Ratifico o ato de dispensa de licitação, nos termos do art. 26 da Lei nº 8666/93.

CA (EN) ALAN PAES LEME ARTHOU
(Of. El. nº 175/2002)

Ministério da Educação

FUNDO NACIONAL DE
DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA FINANCEIRA
GERÊNCIA DE EXECUÇÃO E
OPERAÇÃO FINANCEIRA

PORTARIA Nº 162, DE 10 DE SETEMBRO DE 2002

A SECRETÁRIA EXECUTIVA DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o disposto na legislação vigente (Lei nº 9.766/98 e Decreto nº 3.142/99), resolve:

Divulgar os valores dos repasses da Quota Estadual do Salário Educação, para os Estados da Federação e para o Distrito Federal, na forma do Quadro Demonstrativo anexo, relativo ao duodécimo do mês agosto e 4º bimestre/2002.

MÔNICA MESSENBURG GUIMARÃES

ANEXO

Distribuição da quota estadual do salário educação duodécimo de agosto e 4º bimestre - 2002	
	Em R\$
UF	TOTAL
AC	171.360,82
AP	168.518,94
AM	2.812.969,61
PA	2.894.634,67
RO	844.542,24
RR	106.018,95
TO	354.568,94
NORTE	7.352.614,17
AL	975.949,32
BA	8.771.506,11
CE	3.872.324,71
MA	1.458.704,47
PB	1.500.187,71
PE	6.003.052,49
PI	1.159.493,27
RN	1.643.080,99
SE	1.576.728,88
NODESTE	26.961.027,95
ES	4.016.156,86
MG	21.319.297,07
RJ	40.740.024,64
SP	135.465.857,39
SUDESTE	201.541.335,96
PR	15.475.808,63
RS	20.142.014,41
SC	10.554.209,27
SUL	46.172.032,31
DF	7.212.481,53
GO	4.502.601,83
MT	1.778.317,45
MS	1.658.289,51
C.OESTE	15.151.690,32
BRASIL	297.178.700,71

(Of. El. nº 287)

Ministério da Fazenda

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 274, DE 10 DE SETEMBRO DE 2002

O MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA, INTERINO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, tendo em vista o § 1º do art. 70 da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, combinado com o art. 1º do Decreto nº 1.849, de 29 de março de 1996, e atendendo à solicitação da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, constante do Ofício nº 0187/SUREF/ANTT/2002, de 21 de agosto de 2002, resolve:

Art. 1º Autorizar a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT a promover o reajuste e a revisão das tarifas de pedágio praticadas pela Concessionária da Ponte Rio Niterói S.A.

Art. 2º A Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT baixará ato específico fixando os valores reajustados e revisados, nos termos fixados pela Nota Técnica nº 134/COG-SI/SEAE/MF, de 30 de agosto de 2002, da Secretaria de Acompanhamento Econômico.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

AMAURY GUILHERME BIER

(Of. El. nº 324)

DESPACHOS DO MINISTRO

Em 10 de setembro de 2002

PROCESSO Nº: 10951.001002/00-77. INTERESSADO: ESTADO DO PIAUÍ. ASSUNTO: Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados. Termo Aditivo ao Contrato de Constituição de Fundo de Contingências e Nomeação de Agente Fiduciário, celebrado, em 02 de agosto de 2000, entre o Estado do Piauí, o Banco do Estado do Piauí S/A e a Caixa Econômica Federal - CAIXA, com a intervenção da União e do Banco Central do Brasil. DESPACHO: Com fundamento na Medida Provisória nº 2.192, de 24 de agosto de 2001, e tendo em vista as manifestações do Banco Central do Brasil, da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, autorizo a contratação.

PROCESSO Nº: 17944.000604/2002-79. INTERESSADO: BANPARÁ S.A. - CRÉDITO IMOBILIÁRIO. ASSUNTO: Termos Aditivos aos Contratos de Cessão de Crédito, celebrado entre a União e a Caixa Econômica Federal, para efeito de refinanciamento da dívida do BANPARÁ S.A. e de Confissão e Assunção de Dívidas, celebrado entre a União, o BANPARÁ S.A. e o Estado do Pará, com vistas ao refinanciamento ao amparo da Lei nº 8.727, de 5 de novembro de 1993. DESPACHO: Com fundamento na Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, e tendo em vista as manifestações da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, autorizo a celebração dos Termos Aditivos.

PROCESSO Nº: 17944.000806/98-64. INTERESSADO: BANCO DA AMAZÔNIA S.A. ASSUNTO: Contrato de Assunção, Renegociação e Quitação de Dívida a ser celebrado entre a União e o Banco da Amazônia S.A., no valor de R\$323.999,42 (trezentos e vinte e três mil, novecentos e noventa e nove reais e dois centavos), referido a 31 de agosto de 1998. Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990. DESPACHO: Com fundamento nas disposições da Lei nº 8.029, de 1990, e tendo em vista as manifestações da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, autorizo a celebração mediante a apresentação das certidões negativas de débito pertinentes, na forma da legislação em vigor.

PROCESSO Nº: 17944.000830/97-68. INTERESSADO: ESTADO DO PIAUÍ. ASSUNTO: Termo Aditivo ao Contrato de Assunção de Dívida Contratual celebrado entre a União e o Banco Central do Brasil, com a intervenção do Estado do Piauí. DESPACHO: Com fundamento nas disposições na Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, e tendo em vista as manifestações da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, autorizo a celebração do aditivo contratual.

AMAURY GUILHERME BIER
Interino

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 195, DE 9 DE SETEMBRO DE 2002

Altera o disposto na Instrução Normativa SRF nº 185, de 30 de julho de 2002, que estabelece procedimentos para a revisão das declarações de ajuste anual do imposto de renda das pessoas físicas.

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 209, inciso III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF nº 259, de 24 de agosto de 2001, resolve:

Art. 1º O § 1º do art. 1º da Instrução Normativa SRF nº 185, de 30 de julho de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.1º.....

§ 1º As Superintendências Regionais da Receita Federal (SRRF) poderão autorizar a dispensa de realização de procedimento de malha, no âmbito das unidades da SRF de sua jurisdição, devendo, no prazo de quinze dias após a respectiva dispensa, proceder a comunicação à Coordenação-Geral responsável pelo estabelecimento dos parâmetros de que trata o inciso I."

Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

EVERARDO MACIEL

(Of. El. nº 1397)

ATO DECLARATÓRIO INTERPRETATIVO Nº 13,
DE 10 DE SETEMBRO DE 2002

Dispõe sobre a não-aplicabilidade da multa de ofício nos casos que enumera.

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 209 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF no 259, de 24 de agosto de 2001, e considerando o disposto no art. 84, e seu § 2o, da Medida Provisória no 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, declara:

Art. 1o Não constitui infração punível com a multa prevista no art. 44 da Lei no 9.430, de 27 de dezembro de 1996, a solicitação, feita no despacho de importação, de reconhecimento de imunidade tributária, isenção ou redução do imposto de importação e preferência percentual negociada em acordo internacional, quando incabíveis, bem assim a indicação indevida de destaque ex, desde que o produto esteja corretamente descrito, com todos os elementos necessários à sua identificação e ao enquadramento tarifário pleiteado, e que não se constate, em qualquer dos casos, intuito doloso ou má fé por parte do declarante.

Art. 2o Fica revogado o Ato Declaratório (Normativo) Cosit no 10, de 16 de janeiro de 1997.

EVERARDO MACIEL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 44,
DE 9 DE SETEMBRO DE 2002

Divulga o enquadramento de marcas de cigarros na classe fiscal.

O SECRETÁRIO-ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL, no uso da atribuição subdelegada pelo Secretário da Receita Federal, conforme Portaria nº 655, de 28 de maio de 2002, e tendo em vista o disposto no parágrafo único do art. 3º da Instrução Normativa SRF nº 60, de 28 de maio de 1999, declara:

I - O enquadramento das marcas de cigarros, em suas respectivas classes fiscais, é o constante do Anexo a este Ato Declaratório.

II - O enquadramento a que se refere o item anterior foi comunicado à Secretaria da Receita Federal pelo fabricante, em cumprimento ao disposto no art. 3º da Instrução Normativa SRF nº 60, de 1999.

JORGE ANTONIO DEHER RACHID

ANEXO

TABELA DE ENQUADRAMENTO DAS
MARCAS DE CIGARROS

CLASSE FISCAL	EMPRESA FABRICANTE	MARCA COMERCIAL	VIGÊNCIA
I	AMERICAN VIRGINIA IND E COM, IMP EXP DE TABACOS LTDA	AMERICAN ONE	20/05/2002
I	SOUZA CRUZ S/A	HILTON	07/06/2002
I	SOUZA CRUZ S/A	HOLLYWOOD BLUE	21/11/2001
I	SOUZA CRUZ S/A	HOLLYWOOD RED	21/11/2001
I	SOUZA CRUZ S/A	HOLLYWOOD GREEN MENTHOL	21/11/2001
I	ALFREDO FANTINI INDÚSTRIA. E COMÉRCIO LTDA	MISTRAL BLUE	08/02/2002
I	ALFREDO FANTINI INDÚSTRIA. E COMÉRCIO LTDA	MISTRAL RED	08/02/2002
I	ALFREDO FANTINI INDÚSTRIA. E COMÉRCIO LTDA	TOP LINE BLUE	08/02/2002
I	ALFREDO FANTINI INDÚSTRIA. E COMÉRCIO LTDA	TOP LINE RED	08/02/2002
I	ALFREDO FANTINI INDÚSTRIA. E COMÉRCIO LTDA	VIP BLUE	08/02/2002
I	ALFREDO FANTINI INDÚSTRIA. E COMÉRCIO LTDA	VIP RED	08/02/2002
I	ITABA INDÚSTRIA DE TABACO BRASILEIRA LTDA.	MILHÃO - Ouro	17/01/2002
I	ITABA INDÚSTRIA DE TABACO BRASILEIRA LTDA.	MILHÃO - Prata	17/01/2002
I	ITABA INDÚSTRIA DE TABACO BRASILEIRA LTDA.	JOY - Red	17/01/2002
I	ITABA INDÚSTRIA DE TABACO BRASILEIRA LTDA.	JOY - Blue	17/01/2002
III-box	ITABA INDÚSTRIA DE TABACO BRASILEIRA LTDA.	YES - Brasil / Special Edition	17/05/2002